

Documento de Conclusão do Simpósio sobre "A Pesquisa Etnológica no Brasil"
patrocinado pela Regional Rio da SBPC e pelo Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social - Museu Nacional, nos dias 21, 22 e 23 de junho.

CEDI - P. I. B.
DATA 31/12/86
COD. K1000057

É importante procurar extrair as linhas mestras deste Simpósio, marcado por uma grande diversidade de temas e perspectivas teóricas. Acreditamos que, para além destas diferenças temáticas e teóricas, há algo em comum que deve ser ressaltado.

O que caracteriza a Antropologia no Brasil hoje, é a preocupação de se buscar o ponto de vista indígena, os pontos de vista indígenas particulares, sobre suas sociedades e sobre sua posição na sociedade nacional. Esta preocupação tem implicações teóricas e políticas - é a busca difícil de dar voz ao índio, procurar ouvir o que ele tem a dizer.

Foi oportunamente lembrado, neste Simpósio, que a ideologia desenvolvimentista é o grande inimigo da integridade das minorias étnicas do país. O projeto desenvolvimentista - que exprime brutalmente a atitude básica da civilização ocidental - nega a diversidade, não consegue tolerá-la. Na verdade, não consegue entendê-la. Mas é essencial sublinhar a necessidade e a viabilidade de se pensar o Brasil como sociedade que tem espaço para a diversidade étnica e cultural, abandonando assim todas as fantasias etnocêntricas de "fusão racial". É preciso aprender a prestar ouvidos às lições que esta diversidade pode nos ensinar.

Neste Simpósio, foram lembrados dois antropólogos - Curt Nimuendaju e Eduardo Galvão - que, além de marcarem a história da etnologia brasileira, se distinguiram por não separarem, em sua vida profissional, a pesquisa etnológica e a ação indigenista. A carreira de Nimuendaju e Galvão, de fato, nos mostra que a Antropologia brasileira se caracterizou por assumir decididamente a relação necessária entre pesquisa etnológica e luta pela sobrevivência das populações indígenas.

Este compromisso, apesar das dificuldades, foi retomado, e deve ser explicitado; é preciso que as lições de Nimuendaju e Galvão não sejam esquecidas. Assim, gostaríamos de lembrar que a sobrevivência das populações indígenas depende de fatores básicos: do acesso destas populações à terra, segundo os padrões próprios a cada grupo; do respeito à sua integridade sócio-cultural; do respeito à autonomia das sociedades tribais; da assistência que cabe ao Estado, às comunidades indígenas, as

sistência essa cujo requisito fundamental é o respeito ao ponto de vista dos indígenas e ao direito destes decidirem seu próprio destino.

É necessário advertir, porém, que a projetada "emancipação" dos indígenas é uma alternativa falsa e perigosa ao processo de expropriação territorial que eles vêm sofrendo. Esta "emancipação" significará, simplesmente, a destruição final da relação dos índios com seu território, e a incorporação deles como mão de obra barata no sistema econômico nacional.

Enquanto antropólogos, nosso dever é reconhecer como ponto de partida que a palavra final, a única autorizada, sobre o destino das populações indígenas, deve ser dada pelos próprios índios, em seu processo de tomada de consciência étnica.

Ao mesmo tempo, cabe-nos procurar - enquanto membros da sociedade que envolve as populações indígenas mas voltados para a compreensão destas últimas - fornecer aos índios as informações que forem por eles solicitadas, para que este processo de tomada de consciência possa se realizar. Cabe-nos, ainda, buscar estratégias de viabilização das soluções por eles propostas.

Enquanto antropólogos, devemos reivindicar maiores garantias para o exercício de nossa atividade. Essas garantias visam impedir o afastamento arbitrário dos antropólogos que procuram exercer uma ação indigenista; que impeçam o julgamento do trabalho dos antropólogos por pessoas não comprometidas com a causa indígena nem com o conhecimento antropológico; que assegurem aos índios o direito de opinarem sobre o trabalho dos antropólogos. Essas garantias são condições indispensáveis para que retomemos a tradição de Nimuendaju e Galvão. A prática da teoria etnológica é a defesa da integridade indígena.